



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB

RELAÇÃO ENTRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A DIVERSIDADE

ELZA RIBEIRO DA SILVA SOUZA

ORIENTADORA: Ana Cláudia Rodrigues Fernandes

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

ELZA RIBEIRO DA SILVA SOUZA

RELAÇÃO ENTRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A DIVERSIDADE

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – Orientador (a): Ana Claudia Rodrigues Fernandes.

TERMO DE APROVAÇÃO

ELZA RIBEIRO DA SILVA SOUZA

RELAÇÃO ENTRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A DIVERSIDADE

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ANA CLÁUDIA RODRIGUES FERNANDES (Orientador)

MEIRE LEÃO DIAS DE SOUZA (Examinador)

ELZA RIBEIRO DA SILVA SOUZA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

À Deus por sua inigualável assistência e misericórdia, sem a qual não teria conseguido trilhar os caminhos escolhidos.

À minha família, em especial às minhas filhas e ao meu marido que me apóiam em todas as minhas decisões e sempre se fazem presentes em minha vida.

À minha mãe e aos meus irmãos que por muitas vezes deixei de estar com eles.

Aos meus animais de estimação que ficaram horas ao meu lado e foram companheiros de madrugadas de estudo.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração de todas as pessoas que me cercam cotidianamente. Manifesto minha profunda gratidão a todas elas e de forma especial.

A todos os colegas do curso que conheci durante a jornada acadêmica, que muito significaram para mim e sempre os terei em meu coração.

À professora Ana Cláudia, pela paciência e pela orientação de qualidade desempenhada durante toda elaboração deste trabalho e pelas palavras de calma diante da minha aflição constante.

“Só desperta a paixão de aprender, quem tem paixão de ensinar”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho teve como tema a relação entre a prática pedagógica e a diversidade. Apresentou como objetivo verificar a prática pedagógica na escola inclusiva da rede pública de Goiás, constatando as possíveis dificuldades para a sua efetivação. Tratou da importância da inclusão do aluno no âmbito escolar e das dificuldades existentes para que isso aconteça, abordou os referenciais educacionais do ensino-aprendizagem; as relações entre teoria e prática de sala de aula mediante as Leis e Resoluções da educação inclusiva e do processo ensino-aprendizagem, enfim, salientou quanto às ações prático-pedagógicas e ao embasamento teórico enfatizando o ensino-aprendizagem. A metodologia utilizada foi a qualitativa de abordagem descritiva, através de observações e aplicação de questionário. Os resultados foram analisados e relatam a relevância da pesquisa, mostrando que a realidade que ora se apresenta necessita de mudanças e correções não só nas adaptações físicas como também nas práticas pedagógicas de sala de aula.

Palavras-chave: Inclusão. Alunos. Práticas Educativas. Diversidade.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1. Educação Inclusiva.....	12
1.2. Histórico da Educação Inclusiva.....	14
1.3. Leis, Resoluções e Convenções que asseguram os direitos a Educação Especial para a Prática Educacional.....	16
1.4. A Inclusão é uma força cultural para a renovação da escola.....	20
1.5. Práticas Educativas e o Atendimento Educacional especializado...	21
1.6. Prática em sala de aula.....	24
II – OBJETIVOS	26
III – METODOLOGIA	28
Texto de apresentação/fundamentação da metodologia.....	28
Contexto da Pesquisa.....	29
Participantes.....	31
Materiais.....	32
Instrumentos de Construção de Dados.....	32
Procedimentos de Construção de Dados.....	33
Procedimentos de Análises de Dados.....	34
IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
VII – APÊNDICE	48
VIII – ANEXOS	50
A – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	50
B – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	51

APRESENTAÇÃO

A Educação Inclusiva vem assumindo, a cada ano, maior importância no sistema educacional brasileiro, considerando as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e em busca de democracia.

Educadores, ao longo das últimas décadas, vêm se unindo para encontrar soluções a favor de uma política única, justa e igualitária, para que todos possam estar juntos e felizes no momento da aprendizagem, evidenciando os benefícios, o bem estar e a segurança que o educando terá, diante das adversidades na qual está inserido.

Tal pesquisa se justifica pelos diversos questionamentos levantados no meio educacional devido ao intenso número de alunos com necessidades educativas especiais que hoje chegam às escolas regulares e atravessam problemas desde a aceitação no ambiente e a efetivação do currículo, até alcançar valores e conhecimentos que o mesmo irá adquirir para a vida acadêmica e social. Ainda se destaca como justificativa, a descoberta das razões educacionais para tanto desencontro entre teoria e a prática pedagógica, que tem feito do ensino-aprendizagem um assunto de maior repercussão nos temas atuais da educação.

A política inclusiva vigente consolidada de suas bases legais (Lei 9.394/96) luta ainda que de forma lenta para levar os alunos com menos comprometimento para escolas inclusivas regulares, enfrentando preconceitos, quebrando tabus quanto à participação na sociedade. Alunos progrediram, outros se realizaram fora da escola, mas não deixaram de ir ao encontro de seus ideais de vida, serem aceitos como cidadãos críticos, conscientes e atores de suas próprias vidas.

Direitos previstos e chances semelhantes ao acesso à escola e ao mercado de trabalho foram dados a esses alunos com e sem necessidades

educativas especiais, atenção pedagógica diferenciada, acompanhamento de uma equipe de apoio.

Com relação à prática pedagógica, o presente trabalho visa contribuir com todos os professores da escola que participam do ato de ensinar e instruir crianças e jovens que apresentam transtornos na aprendizagem e que no dia a dia têm encontrado dificuldades para o acesso de tais alunos ao currículo vigente.

Mais que isto, espera-se de outra forma estar contribuindo com técnicas inovadoras, estratégias diferenciadas, lúdicas, prazerosas e agradáveis priorizando e respeitando o tempo individual de cada aluno presente na sala, ao refletir se está havendo aprendizagem significativa. Com esta determinação, surgiu então a ideia de rever, analisar e pesquisar sobre a prática pedagógica existente hoje na escola.

Rever a prática pedagógica, preparar as aulas com estratégias variadas, recursos inovadores, materiais ricos, mas que também possam ser confeccionados pelos próprios professores visando atender as carências apresentadas no processo de ensino-aprendizagem, lembrando sempre que no ambiente escolar, vários alunos se beneficiam da participação efetiva e da criatividade que o professor pode propiciar.

Pretende-se com esse trabalho ainda, levar informações pertinentes à inclusão, propiciando descobertas a partir de pesquisas das experiências do fazer pedagógico dentro da proposta curricular que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A pesquisa desenvolvida foi a qualitativa de abordagem descritiva, pois pretendeu-se compreender a prática pedagógica dos professores e as dificuldades encontradas no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais.

Este trabalho foi dividido em quatro partes: O primeiro capítulo: Fundamentação Teórica trazendo “considerações gerais sobre a educação inclusiva”. Considerando os pressupostos históricos e conceituais da inclusão e as

leis que a regulamenta; faz considerações sobre as práticas educativas, o atendimento educacional especializado e a prática em sala de aula. No segundo capítulo apresentamos os objetivos do trabalho. No terceiro capítulo “considerações sobre metodologia”. No quarto capítulo “os resultados e discussão”. E por fim, as considerações finais como forma de apresentar caminhos para indicar adaptações e modificações necessárias para que os educandos desenvolvam plenamente sua cidadania e que os profissionais possam estar mais qualificados para atender com eficiência ao aluno com vistas à autonomia e independência na escola comum e fora dela.

I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Educação Inclusiva

A inclusão no Brasil tem se transformado cada vez mais em um campo de conquistas, provocando mudanças em todo meio social surtindo efeitos positivos na área de educação especial, um crescimento que vem lento, porém firme, coeso e uma política educacional estruturada objetivando atender crianças e jovens com necessidades educativas especiais na realidade brasileira.

Sobre a inclusão pode-se dizer que:

O termo “educação inclusiva” cobre variadas tentativas de atender à diversidade total das necessidades educacionais dos alunos. [...] Todas as crianças conseguem aprender; todas as crianças freqüentam classes regulares [...] recebem currículo relevante às suas necessidades. [...] Isso deve ser conseguido por meio de um ambiente de aprendizagem escolar que tenha altas expectativas dos alunos, que seja seguro, acolhedor e agradável. (PACHECO, 2007, p.14).

Para Alicia Fernandez pode-se observar em cada ser uma modalidade aprendizagem particular. Sendo assim, o tempo e forma de aprendizagem para cada sujeito se processam diferentes, e se apresentam das mais variadas configurações. (*apud* ALMEIDA; PIRES, 2011, *online*)

Conforme os ensinamentos de Skrtic, a inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviços de educação especial. É um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção. (*apud* Stainback e Stainback, 1999, p.31).

Sobre as manifestações de exclusão escolar verifica-se que:

A exclusão manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou

abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela. (MANTOAN, 2003, p.15)

“A inclusão é um processo dialético complexo que vai além do ato de inserir. Significa envolver, compreender, participar e aprender.” (SOUZA, 2011, *online*)

Observa-se que não se pode falar em educação especial, sem pensar na educação de todos. Pensa-se uma educação inclusiva considerando a educação como prática de inclusão social.

Em função disto, faz-se necessário salientar que:

O conceito de inclusão comunica mais claramente e com maior exatidão, que todas as crianças precisam estar incluídas na vida educativa e social das escolas comuns, e na sociedade em geral, não unicamente na escola regular [...] A inclusão tem por finalidade não deixar ninguém de fora da escola comum, incluindo tanto no ponto de vista educativo, físico e social [...] Nessa concepção, cada ser humano se prepara para exercer seu papel na sociedade, sendo que a educação é fundamental para seu desenvolvimento, assim como para o exercício da cidadania e na inserção dos diferentes meios e culturas. (SOARES, 2011, *online*)

Entende-se que a inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, uma sociedade mais justa, mais igualitária e respeitosa, orientada para o acolhimento à diversidade humana e pautada em ações coletivas que visem à equiparação e as oportunidades de desenvolvimento das dimensões humanas.

Segundo Sasaki atesta que a inclusão é um movimento social de grande repercussão, que ganhou muita força a partir dos anos 90, e tem como pressuposto a igualdade entre os homens, ou seja, a luta contra qualquer forma de discriminação. Caracteriza-se pela organização de grupos que sofreram fortes impactos sociais que o mantiveram numa situação de total abandono por parte dos poderes públicos e da sociedade como um todo, que atuam para garantir sua inserção no mundo econômico, cultural e social. (*apud* SOARES, 2011, *online*).

1.2 Histórico da Educação Inclusiva

Muito pouco se sabe ou se tem registros sobre a história da Educação Especial, do período anterior à Idade Média. Acreditava-se que pessoas portadoras de deficiências eram subumanas, sem alma e, por isso, eram eliminadas ou abandonadas. Essas pessoas passaram a ter alma, com a difusão do Cristianismo e, portanto, não foram mais eliminadas da sociedade. Então, dependendo da deficiência e dos familiares, estes poderiam sobreviver e crescer.

O honrado Isaias Pessotti (1984, p.1) esclarece que: “a história da idéia de deficiência mental acompanha a evolução da conquista e formulação dos direitos que se insere, por sua vez, na trajetória da filosofia humanística.”

A cidadania do portador de necessidades especiais é um caminho recente e que evolui de maneira tímida, pois toma corpo somente na década de 1990, com o movimento “Educação para todos”, apesar de ter início em forma de diretrizes políticas pelo menos desde 1948, quando da aprovação da Declaração dos Direitos Humanos. (SANTOS; PAULINO, 2008, p.32)

A educação especial no Brasil teve início no século XIX e foi inspirada nos estudos europeus e norte – americanos e implementada por brasileiros que interessavam - se em colaborar em questões independentes de deficiências físicas, mentais e sensoriais, com o objetivo de ajudar particularmente cada um dos casos. Somente com o passar de aproximadamente um século, em meados da década de 60 é que a educação especial foi estabelecida e normatizada no sistema educacional com a definição de “educação dos excepcionais”. (MANTOAN, 2003, p.25)

Nesse ínterim a supracitada autora diz que:

A educação especial foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das “Campanhas”, que eram destinadas especificamente para atender a cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, seguida da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que até agora existe, no Rio de Janeiro/RJ. Outras Campanhas similares foram criadas posteriormente, para atender à outras deficiências. Em 1972 foi

constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC o Grupo-Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse Grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial – CENESP. Esse Centro, hoje, é a Secretaria de Educação Especial – SEESP, que manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC. (MANTOAN, 2011, *online*)

Analisando a deficiência historicamente no Brasil, verifica-se que nas décadas de cinquenta e sessenta a pessoa com deficiência era vista como um “deficiente mental” ou retardado, o termo “excepcional” utilizado na mesma época era para se referir a questões individuais das pessoas com deficiência. (SOUZA, 2011, *online*)

De acordo com a antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61, em seu artigo 88 (revogada pela Lei 9.394/96) era garantido aos alunos excepcionais o direito à educação, estabelecendo que para serem integrados na comunidade esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível, no sistema geral de educação. Desse modo, entende – se que nesse sistema geral estariam incluídos tanto os serviços educacionais comuns como os especiais, mas pode-se também compreender que, quando a educação de deficientes não se enquadrava no sistema geral, deveria constituir um especial, tornando-se um subsistema à margem.

Tessaro em seus estudos mostrou que o movimento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência teve seu marco histórico em 1981, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou-o como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Neste ano, importantes conceitos ganharam conhecimento internacional, com os conceitos de vida independente, o de igualdade (de poder exercer os direitos de cidadãos) e o de capacidade, que representa a garantia de terem as mesmas oportunidades da população em geral. A partir desse momento o movimento ganha maior visibilidade, e vai impulsionar outros posteriormente, como inclusão escolar. (SOARES, 2011, *online*)

Pode - se encontrar movimentos importantes, no cenário internacional no que diz respeito à Educação Inclusiva, entre eles a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em 1990, na Tailândia, que defendeu a igualdade social nos países populosos e pobres, garantindo a democratização da educação,

independentemente das diferenças individuais. (SOARES, 2011, *online*)

1.3 Leis, Resoluções e Convenções que asseguram os direitos à educação especial para a prática educacional

A Educação Especial no Brasil é assegurada por vários dispositivos legais, que possibilitam a democratização do ensino. Diante da hierarquia das normas temos primeiramente, como a mais importante a Constituição Federal de 1988 que reza em seu artigo 208, *caput* e inciso III: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Entre as demais normas que resguardam a inclusão escolar estão: as supracitadas Declaração de Salamanca e a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei 7.853/89, que dispõe sobre os portadores de deficiência e sua inclusão social, o Decreto 3.298/99, também referente ao mesmo assunto entre outras legislações.

Essa “modalidade” visa promover, prioritariamente, o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências (mental, visual, auditiva, física/motora e múltiplas) de condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos e ainda dos alunos com super dotação e perpassa os diferentes níveis, etapas e modalidades da educação escolar, para a formação de cidadãos conscientes e participativos. (MEC, p. 15, 1998).

A Declaração de Direitos Humanos também representa um importante passo no histórico de desenvolvimento da inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais. Apesar de não ser um documento que se destine especificamente à educação especial, favorece implicitamente o portador dessa necessidade, visto que propõe a igualdade entre todas as pessoas e ainda o direito à educação de todos. (SANTOS; PAULINO, 2008, p.32)

Nota-se que as leis do Brasil enfatizam o acesso e a igualdade no atendimento de crianças portadoras de necessidades especiais. De acordo com o documento Política Nacional de Educação Especial destaca-se:

A Educação Especial é um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou de altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob o enfoque sistêmico, a Educação Especial integra os sistemas educacionais vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos. (BRASIL/MEC/SEESP, 1994, p.17)

Observa-se que a educação é um dos principais fatores para o desenvolvimento de um povo, pois ela ocupa um espaço no processo de construção de estrutura humana que não pode ser substituído. A educação é um instrumento que possibilita a formação da cidadania e sem ela todos os direitos de uma pessoa são anulados. A educação especial vem exercendo o papel daquela que busca uma educação inclusiva significativa e verdadeira, capaz de contribuir para a formação de uma sociedade realmente democrática.

Em 1994 houve uma Conferência Mundial sobre educação de crianças com necessidades especiais, quando se tratou sobre o acesso e igualdade de direitos de crianças portadoras de necessidades especiais. Dessa conferência foi originado a Declaração de Salamanca, que é um documento internacional que estabelece diretrizes para o atendimento educacional aos portadores de deficiências. O objetivo é mostrar às escolas a necessidade de acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, psicológicas ou sociais. Esta Declaração foi adotada pelo Brasil e diversos países. (SOARES, 2011, *online*)

A respeito da inclusão destaca-se que:

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercícios dos direitos humanos. No campo da educação tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, P.61)

Sabe-se que a Educação Especial é um direito assegurado por Lei e que a Constituição Federal, Carta Magna de todos os cidadãos, garante igualdade de oportunidades para todos, sem distinções. Pela lei a educação especial é considerada um dos segmentos do direito à educação como um todo e deve ser dirigida às pessoas com necessidades educativas especiais como portadores de deficiências típicas e de altas habilidades (superdotados).

De acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, em seu artigo 59 - os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: IV- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida e sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Conforme a Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010, Título III, art. 9º, a escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem, o que pressupõe atendimento aos seguintes requisitos: foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes. O projeto pedagógico sempre é parte do que já existe na escola e propõe outros significados à sua realidade.

No mesmo segmento entende-se que:

Parte do que já existe na escola e propõe outros significados à sua realidade. Em função disso, ele se torna ao mesmo tempo, um dever e um direito da escola: Um dever por se tratar do elemento responsável pela vida da escola em seu tempo institucional. Um direito porque, por meio dele, a escola consolida a sua autonomia e os seus vários atores podem pensar, executar e avaliar o próprio trabalho. (PROGESTÃO, módulo III, 2001, p.33).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB mais recente, Lei nº 9.394 de 20/12/96, destina o Capítulo V à Educação Especial, definindo-a nos Artigos 58, 59 e 60, no qual coloca:

Artigo. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida por portadores de necessidades especiais.

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º - A lei diretrizes e bases de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Artigo. 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Artigo. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro para o Poder Público. Parágrafo único. O Poder Público adotar, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Por essa citação, nota-se que a Educação Especial pode ser considerada como uma modalidade de educação escolar para educandos que apresentem necessidades educativas especiais, precisando de metodologias e recursos pedagógicos específicos. Seu objetivo é possibilitar o desenvolvimento harmonioso dos alunos, facilitando seu processo de integração na família, na escola, na comunidade e na sociedade. Os seus princípios se firmam em valores democráticos que visam à plena atuação da cidadania, sem nenhuma discriminação.

Muitos documentos importantes afirmam e fundamentam a prática da Educação Inclusiva, como a Conferência Mundial de Educação para Todos. Mas, no cotidiano das escolas, verificam-se diferenças entre o que é proposto e o que é feito na prática. A grande barreira está no despreparo dos professores do ensino regular em receber esses alunos. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB) reserva um capítulo para embasar a educação especial, o que reafirma o direito de educação pública e gratuita aos deficientes. A escola inclusiva ocorre num contexto de garantir os direitos sociais de cada indivíduo previsto na Constituição, aumentando assim os desafios e a responsabilidade do sistema educacional. (SOARES, 2011, *online*)

Observa-se que a educação é um direito garantido a todos, nenhum segmento da população pode deixar de usufruir desse direito. Isso significa que a inclusão dos alunos especiais democratiza a educação dando suporte para que o indivíduo assuma seu papel e seu espaço na sociedade.

1.4 A Inclusão é uma força cultural para renovação da escola

No que diz respeito a renovação da escola, Taylor assegura que incluir os alunos com deficiências importantes nas turmas de educação regular eleva a consciência de cada aspecto inter-relacionado da escola como uma comunidade: seus limites, os benefícios a seus membros, seus relacionamentos internos, seus relacionamentos com o ambiente externo e sua história. (*apud* STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.48)

A ideia de inclusão pode ser caracterizada a partir de uma relação com a criatividade, advinda da necessidade humana não somente individual, como cultural, estimulada pela necessidade de atender, reconhecer e acima de tudo, valorizar as diversidades. Para que seja possível é basilar que haja determinação não somente dos professores, como também dos pais e os demais envolvidos, para assegurar o desenvolvimento da renovação escolar, assim sendo possível incluir os alunos com deficiências em escolas regulares, o que representa uma força cultural para a renovação escolar. (SANTOS; PAULINO, 2008, p.48-49)

A construção da comunidade é um referencial para a escola, diante deste fato é perceptível que:

A promessa da inclusão total está no tipo de comunidade escolar que se pode desenvolver quando alunos com deficiências importantes revelam ter consciência das dimensões escolar e proporcionam oportunidades, para todos que dela compartilham, de aprender maneiras mais gratificantes de estar juntos. Evidentemente, os alunos com deficiências importantes não são os únicos professores dessas lições à comunidade, tampouco os únicos beneficiários das escolas que estão dispostas a aprender com eles. [...] Os alunos com deficiências importantes podem dar uma contribuição peculiar para a construção da comunidade na escola precisamente porque sua presença nas salas de aula de ensino regular, nos programas de educação profissional e nas atividades em geral tem sido, para a maioria das pessoas, impensável. Se as escolas de bairro são locais onde os alunos podem aprender juntos com sucesso, apesar das diferenças óbvias e extremas nas suas habilidades, elas devem ser lugares muito mais diversificados do que muita gente pensa. (STAINBACK; STAINBAICK, 1999, p. 52)

O investimento na educação é necessário e deve ser voltado para atingir todos de uma forma satisfatória, onde não haja excluídos. É um dever do Estado e da família e deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, pois todo ser humano é capaz de realizar atividades dentro do seu potencial, respeitadas as diferenças independentemente da idade, sexo, cor, raça ou deficiência, respeitando os valores e a capacidade intelectual e individual, conforme preceituado nos artigos 5º e 205 da Carta Magna Brasileira.

Diante da renovação escolar, os efeitos positivos são notados quando as pessoas envolvidas percebem a realidade entre a necessidade e a possibilidade, compreendendo ainda os limites apresentados principalmente nos relacionamentos e na estrutura, sendo perceptível a dificuldade de efetivar os preceitos basilares da inclusão, exigindo maior cooperação dos professores e diretores que se condicionam a tentar modificar a situação do ensino especial. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.49)

A escola tem sido identificada como o lugar da infância na sociedade contemporânea. Local de socialização que amplia as relações iniciadas na família. Espaço de aprendizado de códigos lingüísticos específicos que facilitam a comunicação e o acesso ao conhecimento. Universo de desafios associado à dimensão normalizadora, classificatória, hierárquica e marcadamente elitista. (BAPTISTA et al., 2006, p.7)

Para que a escola inclusiva exerça seu papel é necessário ter uma nova visão de escola, que propõe um projeto pedagógico como currículo, metodologia, avaliação, atendimento educacional especializado, com ações que favoreçam a interação social através de práticas heterogêneas adequadas à diversidade de seus

alunos.

Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 50) pode-se afirmar que “A inclusão como uma força potencial para a renovação da escola frequentemente encontra obstáculos. As pessoas envolvidas podem suspirar de alívio se um aluno com deficiência simplesmente consegue estar presente na sala de aula sem precipitar nenhum dos desastres previstos, e podem, então, não levantar mais dúvidas sobre a prática da escola. [...] O peso da história de uma escola pode sobrecarregar sua capacidade de adaptar-se às possibilidades que a inclusão apresenta”.

Os profissionais preocupados em refletir sobre a prática da escola podem simplesmente tornar a rotular suas atividades atuais como inclusivas, em vez de transformar sua prática, e os grupos e interesse rivais podem fazer da inclusão uma meta em suas campanhas voltadas para outras questões relacionadas à escola.

1.5 Práticas Educativas e o Atendimento Educacional Especializado

Segundo César Coll (2004, p.43) pode-se assegurar que “o funcionamento de cada escola condiciona a viabilidade das práticas integradoras. Mesmo que existam orientações gerais que facilitam ou dificultam a resposta aos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, não há dúvida de que cada escola tem uma ampla margem de atuação para avançar no sentido de uma maior inclusão.”

A palavra integração tem sido utilizada para descrever processos em que as crianças recebem apoio com o propósito de poder participar dos programas existentes, programas esses em grande parte sem modificações nos colégios. Ao contrário, a inclusão através do atendimento educacional especializado sugere um desejo de reestruturação do programa para que possa responder à diversidade dos alunos. (AINSCOW, 1999, p.25)

É preciso haver um currículo comum para todos os alunos, que posteriormente deve ser adequado ao contexto social e cultural de cada escola e às necessidades diferentes de seus alunos. Um currículo aberto à diversidade dos alunos não é apenas um currículo que oferece a cada um

deles aquilo de que necessita de acordo com suas possibilidades. É um currículo que se oferece a todos os alunos para que todos aprendam quem são os outros e que deve incluir, em seu conjunto e em cada um de seus elementos, a sensibilidade para as diferenças que há na escola. (COLL, 2004, p.44)

A educação para a diversidade deve estar presente em todo o currículo e em todo o ambiente escolar. A diversidade dos alunos é uma fonte de enriquecimento mútuo, de intercâmbio de experiências, que lhes permite conhecer outras maneiras de ser e de viver e que desenvolve nelas atitudes de respeito e de tolerância juntamente com um amplo sentido da relatividade dos próprios valores e costumes.

Considerar o atendimento educacional especializado uma atitude transdisciplinar significa compreender que esta ação educativa que envolve a inclusão seja compreendida em sua essência como respeito aos direitos e as condições de vida de cada pessoa e, a partir disso, acreditar que a atenção a esta proposta não seja em decorrência de exigências legais, apenas, mas da compreensão desta atitude como condicional para o desenvolvimento humano. (CARVALHO, CARVALHO e CUSTÓDIO, 2010, p.46).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve preocupar-se em construir uma pedagogia da cooperação, da fraternidade. Agora, cooperação não porque se trabalha com pessoas com deficiência, mas como princípio instituinte da educação e da prática pedagógica. Cabe ressaltar que toda essa dinâmica de identificação e planejamento das ações do AEE, implica acima de tudo, em mudanças por parte de todos os profissionais envolvidos, os quais devem assumir concepções de educação de acordo com as concepções relacionadas à inclusão educacional.

O ponto de partida para a prática do Atendimento Educacional Especializado é a consciência de que todos podem aprender. Ao eliminar ou minimizar certas barreiras que dificultam o acesso ao conhecimento e ao mundo, as atividades e os recursos disponibilizados no AEE desperta uma motivação para as atividades de aprendizagem no caso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. (CARVALHO; CARVALHO; CUSTÓDIO, 2010, p.52)

Conforme Emmet e Everston, uma característica fundamental do professor eficiente é o manejo da turma. A diversidade nas salas de aula de hoje é grande, Rogers afirmou que a inclusão, caracteristicamente, insere uma criança que tem mais necessidades que a maioria das outras crianças da turma, mas essas necessidades nem sempre são diferentes daquelas de outras crianças da classe. Por isso, o professor e os mediadores eficientes de classes não inclusivas podem também esperar ser professores e mediadores eficientes em classes inclusivas. (*apud* STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 335)

A formação dos professores e seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas nas escolas. É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas os professores especialistas em educação especial, não adquirem uma competência suficiente para ensinar a todos os alunos. Além disso, a formação tem uma estreita relação com sua atitude diante da diversidade dos alunos. O professor, quando se sente pouco competente para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, tenderá a desenvolver expectativas, que se traduzem em uma menor interação e em menor atenção. O aluno, por sua vez, terá mais dificuldades para resolver as tarefas propostas, o que reforçará as expectativas negativas do professor. (COLL, 2004, p.45)

Nota-se que essas considerações levam a afirmar que o modo mais seguro de melhorar as atitudes e as expectativas dos professores é desenvolver seu conhecimento da diversidade dos alunos e suas habilidades para ensinar-lhes.

1.6 Práticas em Sala de Aula

A prática em sala de aula de natureza inclusiva baseia-se em uma certa atitude e visão influenciando o que é planejado e feito em sala de aula pelos professores e pelos alunos.

A integração educativa baseia-se na manutenção do currículo comum para todos os alunos. Os alunos com graves problemas de aprendizagem incorporam-se à escola para ter acesso junto com seus colegas, a experiências similares de aprendizagens. A ênfase nos aspectos comuns da aprendizagem destaca o aspecto mais rico e positivo das escolas inclusivas. Os alunos, porém, não são iguais. Inclusive afirma-se que todos os alunos são diferentes em seus ritmos de aprendizagens e em seus modos pessoais de enfrentar o processo educacional e a construção de seus conhecimentos. (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2010, p.44)

Observa-se que esse currículo seqüenciado padronizado é frequentemente transmitido através de meios como aulas ministradas pelo professor e os alunos lendo livros didáticos e preenchendo folhas de atividades para aprender e exercitar os termos, conceitos e habilidades essenciais à matéria. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.236)

A prática inclusiva em sala de aula precisa ser influenciada por considerações curriculares e fatores organizacionais. Adaptações são feitas em níveis curriculares, assim como em métodos de trabalho, material e outras condições ambientais. De acordo com isso, as dificuldades de aprendizagem seriam em termos de currículo – ou de ensino, em vez de problemas inerentes ao aluno. (PACHECO, 2007, p. 43)

Pacheco (2007, p. 40) nos afirma que “a adaptação curricular refere-se ao ajuste da pré-lição dos objetivos de estudo, do material, dos métodos e do ambiente em sala de aula, de modo que ela possa atender às necessidades dos alunos. Isso se relacionava a métodos de ensino, escolha de situações como trabalho individual, trabalho em pares, trabalho em grupos ou ensino para a turma toda. Essas adaptações podem ou não ser visíveis para um visitante.”

É necessário que haja um planejamento da classe inclusiva. Alguns aspectos são importantes para que seja possível a integração dos alunos e entre eles está a formação de um ambiente propício, que seja afetuoso e generoso, que haja igualdade, possibilitando o apoio permanente e altas expectativas em relação a necessidades múltiplas. As estratégias valorizadas são o trabalho em equipe de professores e alunos, a aprendizagem cooperativa, a intensificação das relações sociais, as adaptações de equipamentos e a gestão curricular. (PACHECO, 2007, p. 42)

O grupo de pesquisa, intitulado “Inclusão e alteridade: um novo olhar sobre o currículo”, tem se preocupado com os seguintes aspectos: desvendar a gênese das políticas de inclusão [...] e destacar a importância da alteridade na resignificação das práticas pedagógicas. [...] Essa é uma preocupação cada vez mais crescente das produções na área de currículo, que têm estudado a importância de considerarmos as diferentes perspectivas, as diferentes formas de elaboração de saberes, em consonância com as peculiaridades humanas. Insere-se então, de forma contundente, a constituição das subjetividades como elemento fundamental para o desenvolvimento das práticas pedagógico-curriculares. (DORZIAT et al., 2007, p.54)

Para Pacheco (2007, p. 43) “a prática inclusiva em sala de aula objetiva promover a formação de relacionamentos, um ambiente afetuoso e atencioso;

promove ainda igualdade, a possibilidade de apoio permanente e grandes expectativas no nível cognitivo, social e emocional. Os planos individuais para os alunos são considerados positivos apenas se envolverem grandes expectativas e abordarem o contexto da sala de aula comum.”

É de alta importância a participação de todos os alunos na comunidade da sala de aula. Para evitar uma atitude passiva e falta de iniciativa de alguns alunos em interações sociais, os professores devem tomar medidas baseadas na construção de planos formais para melhorar o crescimento social positivo de cada aluno.

II- OBJETIVOS

1. Geral

Verificar a prática pedagógica na escola inclusiva da rede pública de Goiás, identificando as possíveis dificuldades para sua efetivação.

2. Específicos

Analisar a situação real enfrentada na sala de aula no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais;

Demonstrar a importância da inclusão no meio social através do histórico da educação especial;

Aprofundar conhecimentos sobre os conceitos quanto a prática pedagógica e as adaptações curriculares;

Analisar as dificuldades percebidas e/ou apresentadas pelos professores atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais.

III. METODOLOGIA

3.1 Fundamentação da Metodologia

A Metodologia, como o nome indica, é a ciência que trata do método, o qual, por sua vez, sendo parte da Lógica Material, é o caminho seguido pela razão humana para a aquisição da verdade. Método vem do grego: “metá= através de, pelo qual” + “hodós = caminho”, que se efetivamente é, pois, “o caminho através do qual se vai à ciência”. (TOBIAS, 2001, p.13)

Metodologia consiste em várias formas se fazer uma pesquisa para confecção de um trabalho científico. A pesquisa desenvolvida foi a qualitativa de abordagem descritiva, pois pretendeu-se compreender a prática pedagógica dos professores e a adaptação curricular no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais.

Para a elaboração desse trabalho foi utilizado um método de pesquisa de campo e sua realização se deu através da utilização de questionários, portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritiva, que busca expandir o conhecimento sobre o assunto estudado.

Para Minayo, as metodologias de pesquisa qualitativa são “entendida como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e também estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas. (*apud* FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2004, p. 513)

A pesquisa de campo supõe que, quanto mais intensa é a participação do questionador dentro do grupo em estudo, mais ricos serão seus dados. Por isso, a

convivência é valorizada e facilita a realização do questionamento trazendo valiosas contribuições para o pesquisador.

O questionário é utilizado numa pesquisa como um instrumento de coleta de dados, sua elaboração é feita pelo pesquisador e o seu preenchimento é realizado pelo informante. A linguagem utilizada deve ser direta e simples para que o questionado compreenda com transparência o que está sendo perguntado. Vale ressaltar que para que as respostas tenham maior significação é interessante que os respondentes não sejam diretamente identificados. (BELLO, 2004, *online*)

Na elaboração do roteiro houve uma atenção especial com as perguntas para não invadir a privacidade dos questionados, com respeito à ética profissional e as particularidades do trabalho realizado com os Alunos com Necessidades Educativas Especiais (ANEE).

A pesquisa de campo contribuiu qualitativamente para enriquecer o trabalho que foi desenvolvido, tornando-o fiel e verdadeiro. Conhecer e trabalhar no local tornou-se importante, pois os colegas ficaram à vontade e relataram situações desconhecidas até então, o que ajudou a reconhecer que há muitas mudanças que podem ser melhoradas e reestruturadas no ambiente, tornando-o acolhedor e agradável.

Identificar a prática pedagógica existente na escola e observar se elas atendem às necessidades especiais dos alunos ali inclusos.

O Colégio Estadual Manoel da Nóbrega, onde foi feita a pesquisa de campo contém 08 salas, 04 inclusivas. A escola ainda não possui a sala de atendimento (AEE), mas é no laboratório de informática e na biblioteca que é feito esse acompanhamento, nos dois turnos. O lugar onde os alunos brincam, relaxam e extravasam é no pátio e na quadra que não é coberta e não oferece nenhum conforto para realizar qualquer atividade de relaxamento ou de recreação. A acessibilidade esta aquém do desejado. Os sanitários não são adaptados, a rampa é inadequada, degraus em lugares que dão acesso à sua permanência na escola. As salas são amplas e ventiladas, porém não são claras (tijolos à vista).

Através do questionário os participantes puderam analisar as perguntas, respondê-las e também avaliar o trabalho que está sendo desenvolvido pelo grupo de professores que têm alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais).

3.2 Contexto da Pesquisa

O estudo foi desenvolvido no Colégio Estadual Manoel da Nóbrega que recebe alunos de 11 anos acima. Contém oito (08) salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, sala dos professores, secretaria, sala da direção, cozinha, sanitário feminino e masculino, quadra de esportes, espaços arborizados, gramado para uma maior circulação e recreação dos alunos. A escola ainda não possui sala de atendimento educacional especializado (AEE), mas o acompanhamento aos alunos com necessidades educativas especiais é realizado regularmente no laboratório de informática, na biblioteca ou em uma sala provisória que existe na escola. O lugar onde os alunos apresentam, dramatizam e fazem atividades extra-classe é no pátio e na quadra sem cobertura. Os sanitários ainda não adaptados, a rampa que dá acesso às salas é emborrachada e tem corrimão para apoio dos transeuntes.

A escola por ser estadual segue as normas de Regimento da Secretaria Estadual de Educação (SEE). Para o funcionamento da instituição é necessário que haja uma equipe de profissionais da educação que na referida unidade escolar são: diretora, vice-diretora, secretária (01), auxiliares de secretaria (03), coordenadores pedagógicos (02), professora de métodos e recursos (01), professoras de apoio (04), professores regentes (18), dinamizadoras de biblioteca (02), dinamizadoras do laboratório de informática (02) e auxiliares de serviços gerais (06). Funciona em dois turnos diurnos, na modalidade Ensino Fundamental e Médio.

A pesquisa elaborada efetivou-se nesse ambiente escolar, que foi bem aceita pelos educadores que ali trabalham havendo uma boa colaboração e aceitação por parte de todos. A resposta ao questionário foi simples e os respondentes demonstraram interesse em participar. Importante salientar que houve um grande reconhecimento quanto à necessidade desse estudo.

A conscientização está sendo feita entre alunos e funcionários, mas ainda precisa de que toda escola se dedique mais em obter informações a respeito do assunto, fazer cursos na área da inclusão e se inteirar dos direitos que são garantidos a esses jovens cidadãos que buscam realizar-se pessoalmente.

Realizei o trabalho nessa escola por ser da Rede e estar trabalhando nesse local, o que facilitou com certeza por conhecer a realidade de cada aluno que acompanho e que necessita de acompanhamento individualizado. De certa forma também participaram mostraram-se receptivos, assíduos, companheiros e comprometidos com a aprendizagem que recebem. Para eles, a escola é um de seus lugares preferidos, afirmando não querer férias e muito menos se afastar dali, pois a escola os acolhe com amor, respeito e tem procurado fazer um trabalho de qualidade e união de toda equipe ali presente.

3.3 Participantes

Professores do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	12
Professores do Ensino Médio	6
Professores de Apoio	4
Professores Coordenadores	2
Professora de Métodos e Recursos	1
Total	25

Vinte e cinco professores participaram desse questionário e foi uma experiência rica para todos, onde a oportunidade foi e será única para mim, pois, pesquisar um trabalho onde faço parte dos participantes questionados e sou eu quem questiona. É uma situação vista por dois ângulos, que ajuda ainda mais a ter veracidade do assunto.

Dos vinte e cinco participantes, somente seis dedicam-se exclusivamente a essa escola. Os demais trabalham em outras escolas, ou em outros municípios próximos. No que se referem à carreira docente, cinco são contratos temporários e vinte efetivos. Desses vinte e cinco, dois não tem curso superior e dois tem mestrado. Todos têm uma capacitação na área da inclusão e se comprometeram em ir em busca de mais recursos para melhorar suas aulas.

3.4 Materiais

Para a realização da pesquisa foram utilizados os seguintes materiais:

- 1- Cópias do Termo de consentimento livre e esclarecido;
- 2- Cópias do questionário;
- 3- Materiais de consumo;
- 4- Computador (software, internet e impressora);
- 5- Plataforma Moodle.

3.5 Instrumentos de Construção de Dados

O instrumento utilizado foi o questionário com 8 (oito) perguntas fechadas, que possibilitou a pesquisa de campo. O estudo objetivou construir um roteiro baseado na realidade dos profissionais da educação que trabalham com alunos do ensino fundamental com necessidades educativas especiais.

A escolha do questionário planejado e elaborado a partir do tema proposto foi direcionado à efetivação da pesquisa propriamente dita. Ocorreu de forma satisfatória, as perguntas foram claras e tiveram ligação direta com o título da pesquisa e cada pessoa respondia individualmente a uma das opções, partindo dos principais questionamentos que envolvem a prática pedagógica em sala de aula.

Os temas utilizados para a elaboração do questionário foram: Informações sobre as capacitações na área específica de atuação e a influência que esse estudo exerce na tarefa diária; Redefinição da teoria e da prática da avaliação, desenvolvidas em seu cotidiano; Identificação de problemas apresentados no decorrer da proposta de trabalho em sala de aula; Compreensão de que no ensino/aprendizagem é necessário haver interação entre professor-aluno para a busca de novos conhecimentos e Reflexão sobre sua prática diária, sua dedicação quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos.

Através do questionário, foi obtida a coleta dos dados, utilizados para fazer a análise e elaboração dos gráficos.

3.6 Procedimentos de Construção de Dados

A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino, localizada em Nerópolis - GO, em um bairro periférico, com uma clientela diversa, escola pública e inclusiva. Seus profissionais são efetivos, contratados e desenvolvem seus trabalhos na maior parte do tempo na própria cidade onde muitos deles completam sua carga horária em outras escolas do município. A escolha de fazer a pesquisa com os professores do local em que trabalho surgiu da ideia de valorizar o que já exerço como professora de recursos e o conhecimento que já tinha da clientela, no intuito de obter dados mais concretos, reais e uma maior participação do contato com os colegas, enfim vinte e cinco (25) educadores, graduados e pós-graduados e com cursos na área da inclusão.

O tema da pesquisa veio de encontro com o que há muito já se discutia nas reuniões de professores e nos conselhos de classe, o baixo rendimento escolar dos alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem, o acompanhamento dos ANEE (Alunos com Necessidades Educativas Especiais) e dos demais que vem apresentando problemas na aprendizagem.

Então a partir dessa situação decidi que mediante autorização da equipe escolar, acompanharia a prática diária dos professores do 6° ao 9°ano (oito turmas) e 1°e 2°ano (duas turmas) do ensino médio através da observação das aulas, dos relatórios bimestrais existentes e do preenchimento de um questionário individual com perguntas fechadas, onde eles pudessem analisar se realmente estão ministrando suas aulas de acordo com a proposta inclusiva e escolhendo uma das opções a responder. Observei durante uma semana, duas vezes por disciplina com um total de cinco horas de observação o que me forneceu dados para elaborar gráficos e concluir o questionário.

Feito o cronograma, deu-se início ao trabalho com uma conversa com os professores regentes da escola, partindo do pressuposto de que seriam eles os mais adequados a participarem da pesquisa, tendo em vista que a maioria deles já tinha trabalhado anos anteriores com alunos que apresentavam alguma deficiência ou dificuldade na aprendizagem e eram eles que tinham um acesso maior com os alunos da escola. Elaborei o questionário com perguntas fechadas e isso deixou os participantes um pouco surpresos, pois não estão habituados a avaliar seu próprio trabalho. Reagiram positivamente, querendo fazer algumas colocações, quanto às perguntas, comentaram que essas questões iriam levá-los a refletir melhor sobre seu desempenho e alguns acrescentaram também que a partir desse momento vão pedir ajuda para adaptar o currículo e lembrar sempre de que a teoria e a prática devem caminhar juntas.

As questões propostas foram respondidas e os participantes se comprometeram a planejar melhor suas aulas, dedicar mais aos alunos e desempenhar melhor suas atividades. Disseram ainda que desejam fazer um curso na área da inclusão para atender melhor ao aluno.

3.7 Procedimentos de Análises de Dados

A necessidade de conhecer a vivência na sala de aula e a prática desenvolvida pelos professores do ensino fundamental e médio que atuam com alunos NEE (Necessidades Educativas Especiais) da rede pública da minha cidade é que me fez realizar essa pesquisa na escola em que trabalho, o que facilitou e deu uma fidelidade maior ao trabalho e ao conhecimento da realidade, conforme as Leis e Resoluções vigentes. Delimitado o que seria pesquisado decidi fazer uma análise das fichas individuais e relatórios bimestrais anteriores preenchidos por professores que acompanham de perto a vida escolar do aluno.

Comparei as leituras feitas durante o curso, com o que acontecia ali na escola e percebi que muitos professores aplicam a maneira correta em suas aulas até mesmo sem saber e outros conhecem a fórmula correta, mas ignoram e ministram suas aulas sem pensar um pouco nas aulas diferentes, criativas, alegres e voltadas para um público que depende de mais dedicação.

Ao levar em conta que estava fazendo a pesquisa no meu local de trabalho, Colégio Estadual Manoel da Nóbrega, onde tem uma clientela pequena, pude dedicar ainda mais à pesquisa em se tratando de alunos da inclusão com laudo médico e que necessitam de acompanhamento do professor de Recursos no contra turno e de professor de Apoio durante as aulas. Atuei com cautela e muita atenção quando se falou em avaliação e práticas de sala de aula, pois as dúvidas são muitas em relação a esses temas.

Os alunos que apresentam essas deficiências demonstram um amor pela escola e seus anseios me deram a certeza de analisar bem, ouvi-los, ouvir os professores, descobrir como é a acolhida na sala de aula e se a participação é recíproca ou não, se há interação entre colegas e professores, se interessam pela aprendizagem, porém suas limitações não podem impedir de estar ali e ir em busca do que tanto sonham, participar e interagir com os professores e colegas.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

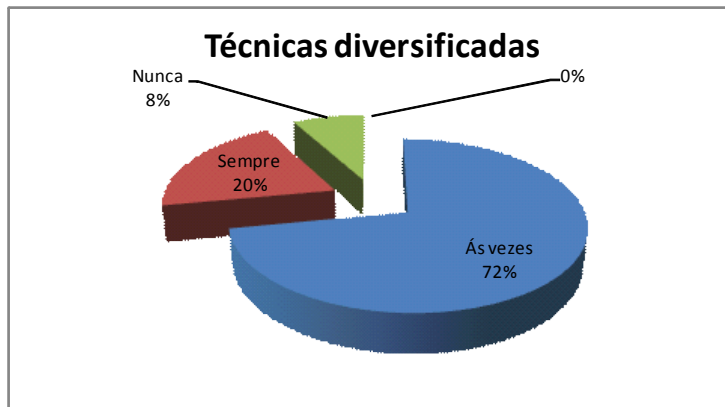
Através do questionário o objetivo dessa análise é avaliar em que medida as respostas foram adequadas em referência ao assunto em estudo: identificar a prática pedagógica existente na escola e observar se elas atendem as necessidades especiais dos alunos ali inclusos a importância das adaptações curriculares.

O total de pessoas questionadas está dividido em 18 professores do ensino fundamental e médio, quatro professores de apoio, um professor de métodos e recursos e dois professores coordenadores, selecionados de acordo com a área em que atua na instituição, inclusão social. Utilizou-se um questionário individual contendo perguntas fechadas de múltipla escolha, relativo ao tema Práticas Pedagógicas para atender as diversidades, aplicado em conjunto em uma sala do Colégio, que atende 250 alunos, sendo quatro alunos da inclusão com atendimento individualizado no contraturno.

Ao observar as fichas dos meses anteriores, percebi que houve aprendizagem, à maneira e ao tempo deles em relação ao esperado pela equipe de apoio e sabe-se que a escola agiu de acordo com as propostas e objetivos da educação acontecendo o ensino- aprendizagem

Seguem os resultados obtidos.

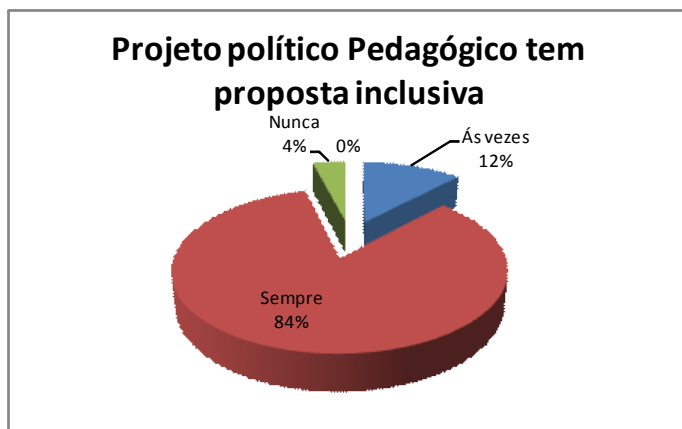
Gráfico 01 – A prática pedagógica realizada na sala de aula, prioriza as técnicas diversificadas?



Fonte: Pesquisa realizada pela própria autora, 2010.

Vale salientar que os questionados da amostra evidenciam claramente e assumem a inversão, pois 72% às vezes trabalham com técnicas diversificadas. Uma sala de aula heterogênea, caracteristicamente composta por diferenças culturais, sociais, étnicas, sensoriais, físicas, mentais, e outras, exige na verdade que se crie contextos educacionais capazes de atender a todos os alunos.

Gráfico 2 – O Projeto Político Pedagógico tem em suas metas, uma proposta de inclusão?

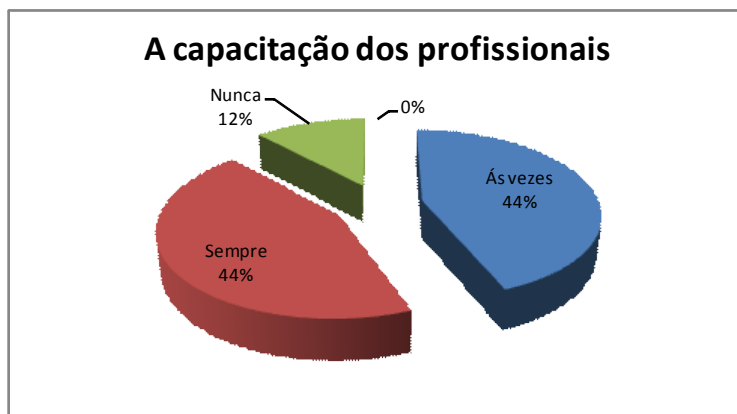


Fonte: Pesquisa realizada pela própria autora, 2010.

De acordo com os dados da pesquisa 84% dos professores afirmam que há uma proposta inclusiva no Projeto Político Pedagógico.

A escola é um espaço educativo, e o seu trabalho não pode ser pensado nem realizado no vazio e na improvisação. Projeto pedagógico é o instrumento que possibilita à escola inovar sua prática pedagógica, na medida em que apresenta novos caminhos para situações que precisam ser modificadas. (PROGESTÃO, módulo III, 2001, p.31)

Gráfico 3 – A capacitação dos profissionais para atuarem em sua área de trabalho acontece de forma satisfatória?

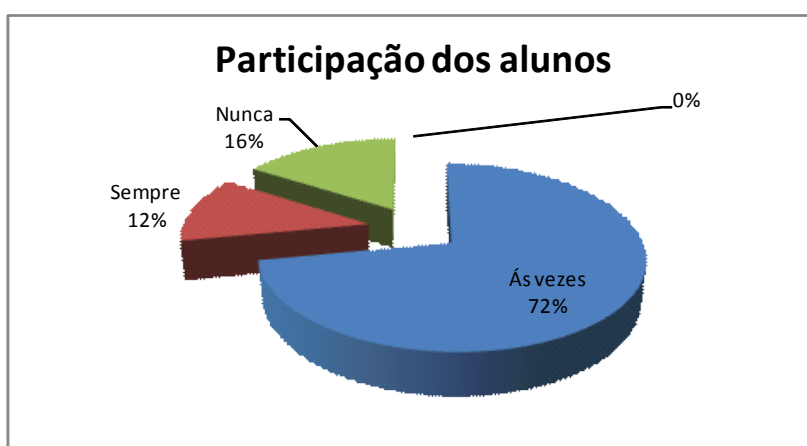


Fonte: Pesquisa realizada pela própria autora, 2010.

Os números apontam 44% que os profissionais se capacitam e em outras vezes procuram especializar.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 9.394/96, em seu artigo 58, inciso III reza que são previstos “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.”

Gráfico 4 – Os alunos participam ativamente, interagindo com o professor?

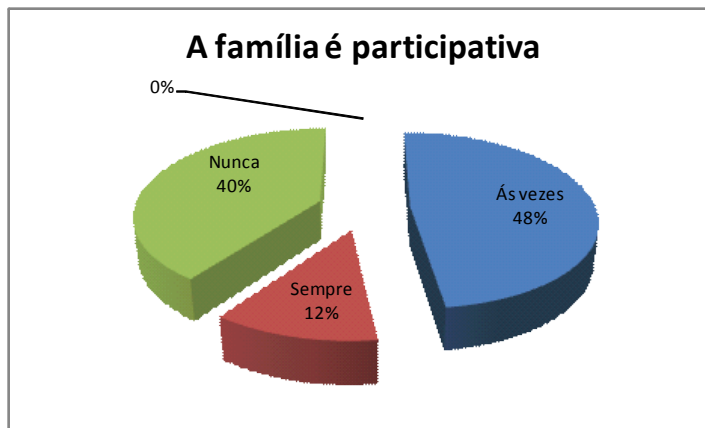


Fonte: Pesquisa realizada pela própria autora, 2010.

As respostas do questionário leva a crer que 72% às vezes participam das aulas.

Segundo Perrenoud (2000, p.68), “na realidade, desejo de saber e decisão de aprender pareceram, por muito tempo, fatores fora de alcance da ação pedagógica: se estivessem presentes, pareceria possível ensinar; se faltassem, nenhuma aprendizagem pareceria conveniente. Nenhum professor está totalmente livre da esperança de trabalhar apenas com alunos “motivados”. Cada professor espera alunos que se envolvam no trabalho, manifestem o desejo de saber e a vontade de aprender.”

Gráfico 5- A família participa e acompanha o desenvolvimento do filho (a)?

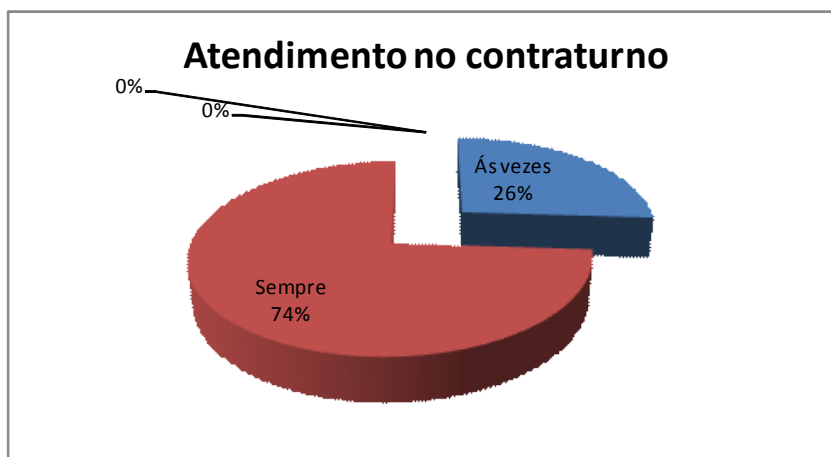


Fonte: Pesquisa realizada pela própria autora, 2010.

Os altos números da não participação, 40% nunca e 48% às vezes, é uma realidade triste e crítica, pois a educação dos pais ou responsáveis tem grande influência no rendimento de seus filhos.

É difícil crer que os pais não sejam de modo algum responsáveis direta ou indiretamente, pelas dificuldades de seus filhos e, mais ainda, pela sua conduta. É necessária uma grande sabedoria para se dar conta de que essa ficção é fecunda, que libera os pais de se justificar ou de se desculparem e, portanto, os constitui como verdadeiros parceiros no jogo cooperativo. (PERRENOUD, 2000, p.118)

Gráfico 6- O aluno NEE recebe atendimento no contra turno conforme proposta da inclusão?

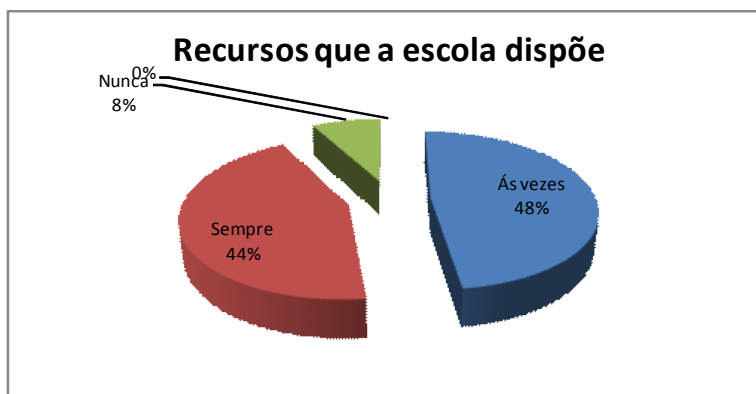


Fonte: Pesquisa realizada pela própria autora, 2010

Os dados da pesquisa mostram que o atendimento educacional especializado acontece 74% sempre e 26% às vezes, é um índice muito bom, pois a opção nunca, não houve.

É evidente que cada instituição ou escola que for desenvolver o AEE tem autonomia de elaborar seu plano de acordo com sua realidade local, respeitando sempre os itens apresentados nas diretrizes nacionais. (CARVALHO; CARVALHO; CUSTÓDIO, 2010, p.68)

Gráfico 7 – Os recursos que a escola dispõe são usados para atender os alunos?



Fonte: Pesquisa realizada pela própria autora, 2010

Considerando que a escola dispõe de materiais didáticos 44%, então é preciso rever essa situação, pois há recursos suficientes oriundos de verbas federais. Estes devem estar disponíveis para o uso dos alunos.

É fundamental que os recursos materiais disponíveis atendam às características do projeto pedagógico da escola. Tudo, no espaço escolar, deve ser percebido sob o enfoque pedagógico: a carteira em que o aluno senta, os quadros-murais, os recursos audiovisuais, os livros didáticos. [...] Desse modo, o planejamento dos materiais a serem periodicamente adquiridos deve ser cuidadosamente elaborado em acordo com os objetivos educacionais da escola. (PROGESTÃO, módulo VII, 2001, p.74)

Gráfico 8 – A relação professor/ aluno é positiva e há conhecimento da realidade dos alunos?



Fonte:

Pesquisa realizada pela própria autora, 2010

A pesquisa nos mostra que a relação professor-aluno tem um dado de 36% de boa relação ou não, o que aponta para uma negatividade, gerando um desinteresse. Os problemas do ensino estão relacionados com as rotinas de reflexão.

Para Sergiovanni a comunidade une alunos e professores de uma forma especial, devido ao fato de compartilharem ideais e valores, o que proporciona a ambos o nível mais elevado de autoconhecimento, compromisso e desenvolvimento. A comunidade colabora ainda para que o individualismo seja transformado em coletividade, possibilitando que a particularidade de cada um, acrescente o grupo, favorecendo a sociedade. (*apud* STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.51)

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ora apresentado vislumbrou e apresentou propostas de uma adequação de práticas pedagógicas diversificadas, a fim de fazer com que cumpra seu objetivo pelo qual foi normatizado, através das Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e Resoluções da Educação Inclusiva.

Foram utilizadas pesquisas bibliográficas em meio impresso (livros) e virtuais (internet) e pesquisa de campo, onde se deparou com a realidade vivenciada em confronto com o idealizado pelas propostas da educação.

O presente estudo demonstrou que a prática pedagógica com técnicas diversificadas, configura-se uma das medidas mais adequadas para otimizar a adaptação desses alunos diante das dificuldades enfrentadas na sala de aula.

Diante do trabalho realizado pude verificar que a prática pedagógica na escola inclusiva da rede pública de Goiás é realizada com bastante dificuldade e deficiência, visto que ainda requer uma grande adequação do espaço físico das

instituições e também melhor qualificação e capacitação dos profissionais da educação. É válido ressaltar que infelizmente em um país em que o ensino regular público, diante dos dados apresentados, é precário, no Estado de Goiás não seria diferente, o que conseqüentemente é estendido ao ensino especial.

Apesar de contar com as Leis da Educação, destinadas à disponibilização dos serviços, recursos de acessibilidade e estratégias com cunho disciplinar e educativo, muitas barreiras ainda impedem de haver o sucesso do ensino aprendizagem desses cidadãos.

A inclusão aqui apresentada oportuniza aos profissionais da educação a possibilidade de desenvolver suas atividades, valorizando a relação professor-aluno, para efetuar medidas de socialização dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

No decorrer deste estudo, tive a oportunidade de colocar em prática muito do que aprendi com os sábios autores utilizados, verifiquei a necessidade de incluir os alunos na educação regular e não somente buscar uma integração dentro da sala de aula. Como já exposto, enfrentei dificuldades ao tentar colocar em prática a educação especial, no que diz respeito à falta de subsídios oferecidos para a efetivação das normas que primam pelo atendimento educacional especializado, porém em relação ao meu desempenho, senti facilidade em lidar com a prática pedagógica exigida e percebi uma boa interação dos alunos e profissionais da escola para comigo.

Neste contexto é ainda de suma importância ressaltar que apesar de haver dispositivos legais para colocar em prática os ideais da educação inclusiva, os avanços ocorrem em progressões lentas e insatisfatórias na realidade escolar, fato que é marcado em toda a trajetória histórica da educação especial, o que foi possível notar diante da exposição apresentada. Porém, apesar de moroso, o procedimento tem sofrido avanços e hoje conseguimos observar professores, diretores e pais que se empenham para que possam incluir os alunos que necessitam do atendimento especial no ensino regular. Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que todos aqueles que estão engajados nessa luta são vitoriosos.

Refletindo nos ensinamentos de diversos autores, foi possível entender que os educadores devem estar em constante estágio de aprendizagem, diante do contexto social e cultural, agindo em conjunto com a família e sociedade para que dessa forma coloquem em prática os conceitos estabelecidos para que a inclusão escolar seja efetivada com sucesso. Fortalecendo, a partir de então, a Educação Inclusiva, propondo sempre inovações no sistema educacional, através de paradigmas e estratégias de ensino - aprendizagem.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, Mell. **Educação para Todos: Torná-la uma Realidade**. Lisboa: Ed. I.I.E. 1999.

ALMEIDA, Bueno Sandra; PIRES, Melissa. **Grupo de Apoio a Diversidade Escolar (GADE): Tecendo Novos Olhares Para As Demandas Escolares**. Agosto de 2008. Disponível em: www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/.../1273673975GadexLaxsalle11.doc. Acesso em: fevereiro de 2011.

BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Inclusão e Escolarização: Múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BELLO, José Luís de Paiva. **Metodologia Científica**. Fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met06.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, n.º 9394/96**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1996.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 4.024/61**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm.

_____. **Plano Nacional de Educação**. MEC, 1998.

_____. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC; SEESP, 1994.

_____. **Resolução CNE/CEB n.4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2010.

CARVALHO, Lorena Resende; CARVALHO, Sebastião Donizete de; CUSTÓDIO, Willian Gomes (Org.). **Atendimento Educacional Especializado - AEE: Perspectivas para a Educação Inclusiva em Goiás**. Caderno 2, Goiás: Secretaria da Educação/ Coordenação de Ensino Especial, 2010.

COLL, César. **Psicologia e Currículo – uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**. São Paulo: Ática, 2004.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2ª edição Porto Alegre: Artmed, 2010.

CONSED (Org.). **Como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola. Progestão:** Programa de Capacitação à distância para os gestores escolares, Brasília, n.VII, p.74-74, 2001.

CONSED (Org.). **Como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola. Progestão:** Programa de Capacitação à distância para os gestores escolares, Brasília, n.III, p.31-31, 2001.

DORZIAT, Ana et al. (Org.). **Inclusão Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa:** A inclusão escolar dos surdos: um olhar sobre o currículo. Porto Alegre: Mediação, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Os mais relevantes projetos:** de Conclusão dos Cursos. Santo André, SP: Strong, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Educação Especial no Brasil:** Da inclusão à exclusão escolar. Disponível em: <<http://www.pedagogiaaopedaletra.com/2011/03/25/a-educacao-especial-no-brasil-da-exclusao-a-inclusao-escolar/>>. Acesso em: 10 de abril. 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PERRENOUD, Philippe; **10 Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: Da Superstição a Ciência.** São Paulo: Quieroz, 1984.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em Educação.** São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Angela da Silva. **Pressupostos da Educação Inclusiva.** Julho de 2009. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/pressupostos-da-educacao-inclusiva-1080600.html>. Acesso em: março. 2011.

SOARES, Maria Rosana. **História e Tendências da Educação Inclusiva.** 24/08/2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/23748/1/HISTORIA-E-TENDENCIAS-DA-EDUCACAO-INCLUSIVA/pagina1.html>. Acesso em: dezembro de 2011.

SOUZA, Roseli Ferreira de. **Inclusão no Ensino Regular.** 26/01/2010. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/ensinoregular/index.php?pagina=0>. Acesso em novembro de 2010.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TOBIAS, José Antônio. **Como fazer sua pesquisa**. São Paulo: Ave - Maria, 2001.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

APÊNDICE

Modelo de Questionário

Universidade Aberta do Brasil – UAB
Universidade de Brasília – UnB
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

AS QUESTÕES DA PESQUISA

- 1) A prática pedagógica realizada na sala de aula prioriza as técnicas diversificadas?
() sempre () às vezes () nunca
- 2) O Projeto Político Pedagógico tem em suas metas, uma proposta de inclusão?
() sempre () às vezes () nunca
- 3) A capacitação dos profissionais para atuarem em sua área de trabalho acontece de forma satisfatória?
() sempre () às vezes () nunca
- 4) Os alunos participam ativamente, interagindo com o professor?
() sempre () às vezes () nunca
- 5) A família participa e acompanha o desenvolvimento do filho (a)?
() sempre () às vezes () nunca
- 6) O aluno NEE recebe atendimento no contra turno conforme a proposta da inclusão?
() sempre () às vezes () nunca
- 7) Os recursos que a escola dispõe são usados para atender os alunos?
() sempre () às vezes () nunca

8) A relação professor/aluno é positiva e há conhecimento da realidade dos alunos?

sempre

às vezes

nunca

ANEXOS

A – TERMO DE CONSENTIMENTO



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento –

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **RELAÇÃO ENTRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A DIVERSIDADE**.

Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa responder a um questionário com o intuito de coletar dados que serão utilizados na realização do trabalho. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária, ficando a critério de cada a sua participação. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone 3513 - 2301 ou no endereço eletrônico elzaribeirodasilva@hotmail.com . Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Elza Ribeiro da Silva Souza

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome:

Assinatura:

E-mail (opcional):

B – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a)

Escola: Colégio Estadual Manoel de Nóbrega

De: Prof^a. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
 Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (pólos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilândia e Anápolis). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como conseqüência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista **Elza Ribeiro da Silva SOUZA**, sob orientação de Ana Claudia Rodrigues Fernandes,

cujo tema é: **RELAÇÃO ENTRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A DIVERSIDADE**, e que possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar